UNIVERSAL ELECTRONICS INC.

FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT (FCPA) COMPLIANCE PROGRAM AND POLICY

EFFECTIVE JANUARY 1, 2013

I.OUR POLICY

Universal Electronics Inc. (herein referred to as "UEI") corporate policy prohibits all improper and unethical payments to foreign officials anywhere in the world. This is true even if payment to foreign officials is an accepted business practice in the country in which the payment is made. The purpose of this policy is to ensure compliance with the U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 (the "FCPA") and applicable anti-corruption laws of other countries. As discussed in further detail below, the FCPA is a criminal statute that prohibits U.S. companies, such as UEI, and their subsidiaries, employees, agents and representatives from giving anything of value to foreign officials in order to obtain or maintain business or otherwise secure an improper business advantage. In addition, the FCPA requires publicly traded U.S. companies (such as UEI) to comply with record-keeping and accounting requirements designed to prevent off-the-book transactions, including kickbacks, bribes and slush funds. Our policy, as established by UEI's Senior Management and the Board of Directors, is as follows:

No officer, employee, agent, advisor or intermediary of, or affiliated with, Universal Electronics Inc. or subsidiaries or divisions (collectively, "UEI") shall offer, promise or make unlawful cash or in-kind payments to a foreign official to induce that official to affect anv act or decision of a government international or an organization in a manner that will assist

UNIVERSAL ELECTRONICS INC

LEI DE PRÁTICAS CORRUPTAS ESTRANGEIRAS (FCPA) POLÍTICA E PROGRAMA DE COMPLIANCE

VIGÊNCIA 01 DE JANEIRO DE 2013

I. NOSSA POLÍTICA

A política corporativa da Universal Electronics Inc. (doravante referida como "UEI") proíbe todos e quaisquer pagamentos indevidos e antiéticos a funcionários públicos estrangeiros em qualquer lugar do mundo. Tal política é aplicável mesmo se o pagamento aos funcionários estrangeiros for uma prática comercial aceita no país em que tal pagamento é feito. O objetivo desta política é garantir a conformidade com o "Foreign Corrupt Practices Act" ("FCPA") dos EUA editada em 1977, e as leis anticorrupção aplicáveis outros países. de apresentado em maiores detalhes abaixo, a FCPA é uma lei penal que proíbe as empresas dos EUA, como a UEI, e suas subsidiárias, funcionários, agentes e representantes de dar qualquer objeto de valor a funcionários públicos estrangeiros, a fim de obter ou manter negócios ou de outra forma garantir uma vantagem comercial indevida. Além disso, a FCPA exige que as empresas americanas de capital aberto (como a UEI) cumpram com a manutenção de registros e requisitos de contabilidade destinados a evitar transações obscuras, incluindo propinas, subornos e práticas conhecidas como caixa dois. Nossa política, conforme estabelecida pela diretoria da UEI e do seu conselho de administração, é a seguinte:

Nenhum executivo, empregado, consultor ou intermediário, ou afiliado com a Universal Electronics Inc ou suas subsidiárias ou divisões (coletivamente "UEI") deverá oferecer, prometer ou fazer pagamentos ilegais em espécie a funcionário público estrangeiro, para induzir esse funcionário a interferir em qualquer ato ou decisão de governo ou organização internacional de forma a

Universal Electronics Inc.

FCPA Compliance Program and Policy

UEI in obtaining or maintaining business or otherwise secure an improper business advantage. Toward that end, every officer, employee and agent shall keep books, records and accounts that accurately and fairly reflect all transactions and dispositions of UEI's assets.

The FCPA applies with equal force to a U.S. company's employees and agents who are not citizens of the U.S., but whose acts can subject the company to liability, even if they take place outside the U.S. In addition, a company's employees and certain agents can be held personally liable for FCPA violations under specific conditions. It is UEI's corporate policy that all of its subsidiaries, business divisions, employees, representatives and agents comply with the FCPA and any other applicable anti-corruption law.

II. BACKGROUND INFORMATION ON THE FCPA

A. Anti-Bribery Provisions of the FCPA

The first part of the FCPA contains anti-bribery rules. The anti-bribery provisions of the FCPA prohibit any corrupt offer, payment, promise to pay, or authorization to pay any money, gift, or anything of value to any "foreign official," including a governmental official, any official of a public international organization, or any foreign political party, candidate or official, for the purpose of:

- influencing any act or decision of such party, official, or candidate in its or his official capacity;
- inducing such party, official, or candidate to do or omit to do an act in violation of the lawful duty of such party, official, or

ajudar a UEI a obter ou manter negócios ou garantir uma vantagem comercial indevida. Sendo assim, todos os funcionários e agentes devem manter os livros, registros e contas que reflitam precisa e adequadamente todas as operações e alienações de ativos da UEI.

A FCPA aplica-se igualmente aos funcionários e agentes de uma empresa norte-americana que não sejam cidadãos norte-americanos, mas cujos atos possam vir a responsabilizar a empresa, ainda que praticados fora dos EUA. Além disso os funcionários de uma empresa e determinados agentes podem ser pessoalmente responsabilizados pelas violações da FCPA sob condições específicas. É política corporativa da UEI que todas as suas subsidiárias, divisões de negócios, funcionários, representantes agentes cumpram com a FCPA bem como qualquer outra lei anti-corrupção aplicável.

II. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O FCPA

A. Disposições anti-suborno do FCPA

A primeira parte da FCPA contém regras antisuborno. As disposições antisuborno do FCPA proíbem qualquer oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização para pagar qualquer dinheiro, presente, ou qualquer objeto de valor para qualquer funcionário público estrangeiro, aí incluindo um agente do governo, qualquer agente de uma organização pública internacional, ou qualquer partido político estrangeiro e seus funcionários e candidatos, com a finalidade de:

 influenciar qualquer ato ou decisão de tal partido ou candidato em sua capacidade oficial;

induzir tal partido, funcionário ou candidato a praticar ou deixar de praticar um ato em

UNIVERSAL ELECTRONICS INC. FCPA Compliance Program and Policy

candidate:

- securing any improper advantage; or
- inducing such party, official, or candidate
 to use its or his influence with a foreign
 government or instrumentality thereof to
 affect or influence any act or decision of
 such government or instrumentality in
 order to assist in obtaining or retaining
 business for or with, or directing business
 to any person. For purposes of the above
 prohibition, an employee of a stateowned, commercial entity is also
 considered a "foreign official" pursuant to
 the FCPA.

The Act also prohibits any payment to a third party where the payor "knows" that the third party will use any part of that payment for bribes. This "knowledge" standard imposes a high duty upon U.S. companies individuals to ensure that they select agents and middlemen who do not have a reputation for making illegal payments or may, for other reasons, be anticipated to make illegal payments. Specifically, U.S. companies and individuals are prohibited from taking a "headin-the-sand" attitude and from ignoring warning signs that should reasonably alert them of the high probability of an FCPA violation. Evidence of a "conscious disregard" or "willful blindness" of known circumstances that should reasonably alert one to the high probability of violations of the FCPA will constitute "knowledge." In an effort to comply with the "knowledge" standard, UEI requires that all of its agents, representatives and middlemen be subjected to a rigorous due diligence review, discussed in further detail below.

It may be permissible under the FCPA to offer or pay for reasonable and bona fide expenditures, such as travel and lodging violação do dever legal de tal partido, funcionário ou candidato;

- assegurar qualquer vantagem indevida, ou
- induzir partido, funcionário ou candidato a usar a sua influência junto a governo estrangeiro ou utilizar-se de expediente para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de tal governo a fim de auxiliar na obtenção ou manutenção de negócios para ou com este governo, ou direcionar negócios para qualquer pessoa. Para os efeitos da proibição acima, o funcionário de uma empresa estatal também é considerado um "funcionário público estrangeiro" de acordo com a FCPA.

A lei também proíbe qualquer pagamento a um terceiro, quando se sabe que este irá utilizar ao menos parte deste pagamento para subornar outras pessoas. Tal infração impõe um especial dever em empresas norteamericanas e seus colaboradores garantir que eles selecionam os agentes e intermediários que não tenham reputação de fazer pagamentos ilegais ou, por outros motivos, antecipem o recebimento de qualquer valor de maneira a fazer tais pagamentos ilegais. Especificamente, as empresas americanas e seus colaboradores proibidos de omitirem-se, bem como de ignorar sinais de alerta sobre a probabilidade de uma violação da FCPA. Evidências de conivência ou desconsideração circunstâncias conhecidas que provavelmente alta alertam а uma probabilidade de violações **FCPA** da constituirá em infração. Em um esforço para evitar o padrão descrito acima, a UEI exige que todos os seus agentes, representantes e intermediários sejam submetidos a uma rigorosa due diligence, discutida em mais detalhes abaixo.

De acordo com a FCPA será permitido o oferecimento e pagamento de boa-fé de despesas tais como de viagem e hospedagem

expenses of a foreign official, if such expenses are directly related to the promotion or demonstration of products or services, or to the execution or performance of a contract with a foreign government or agency. However, even a nominal payment or gift to a foreign official may amount to a violation of the FCPA if provided for corrupt purposes. Accordingly, the Legal Department must be consulted before paying or offering to pay travel or other expenditures of foreign officials. In several countries, there are laws or regulations that limit or prohibit gifts or expense reimbursements for certain public officials. Therefore, foreign counsel may also need to be consulted with regard to these matters.

Finally, payments to foreign government officials that are permitted under the *written* laws and regulations of the recipient's country are permitted under the FCPA. As a practical matter, however, it is highly unlikely that any country in which UEI does business would permit a payment to a foreign official in exchange for business. Thus, UEI and its employees, agents and other representatives are strictly prohibited—as a matter of UEI policy—from offering or making payments pursuant to this FCPA exception.

B. Record-Keeping Provisions of the FCPA

The second part of the FCPA covers recordkeeping requirements imposed registrants. The FCPA requires companies that are registered with the U.S. Securities and Commission Exchange to maintain "reasonably detailed" books and records, as well as a system of internal accounting controls, in order to reflect accurately all transactions and dispositions of assets. "Reasonable detail" is defined to mean "such level of detail and degree of assurance as

de uma autoridade estrangeira, tais despesas estiverem diretamente relacionadas com a promoção ou demonstração de produtos ou serviços, ou para a prestação de serviço a um governo ou organismo estrangeiro. No entanto um pagamento ou presente dado a um oficial estrangeiro pode constituir uma violação da FCPA desde que destinado para fins corruptos. Assim, o Departamento Jurídico deve ser consultado antes do oferecimento ou pagamento de despesas outras funcionários estrangeiros. Em vários países, existem leis ou regulamentos que limitam ou proíbem presentes ou reembolsos despesas para determinados funcionários públicos. Portanto, um advogado estrangeiro também deve ser consultado no tocante a essas questões.

Por fim, pagamentos a funcionários de governos estrangeiros que são permitidos de acordo com as leis escritas do país do destinatário não encontram óbice à luz da FCPA. No entanto, é altamente improvável que qualquer país em que a UEI faça negócios permita o pagamento a um funcionário público estrangeiro em troca de favores comerciais ou congêneres. Logo, a política interna da UEI proíbe que esta e seus funcionários, agentes e outros representantes ofereçam ou façam pagamentos para funcionário público estrangeiro mesmo que seja excepcionalmente permitido pela FCPA.

B. <u>Da Manutenção de Registros</u> <u>Disposições da FCPA.</u>

A segunda parte da FCPA discorre sobre a exigência de registros e arquivos. A FCPA exige que as empresas registradas na "Securities and Exchange Commission" dos EUA mantenham livros e registros "razoavelmente detalhados", bem como um sistema de controles internos de contabilidade, a fim de refletir com precisão todas as operações e alienações de ativos. "Detalhe razoável" é definido como sendo aquele "cujo nível de detalhamento e grau de certeza iria

would satisfy prudent officials in the conduct of their own affairs." There is no "materiality" standard under the FCPA, and each division and subsidiary must have reasonable record-keeping and accounting controls for all payments, not merely sums that would be deemed material in other contexts. The FCPA's record-keeping provisions apply to both domestic and foreign operations, and are meant to include domestic reporting and disclosure practices as well as those involved in foreign payments.

UEI is an issuer of securities and is covered by the FCPA's accounting provisions. Therefore, UEI must comply with the FCPA's books and records provisions. A system of internal accounting controls should enable UEI to identify any irregularities in its accounts and could serve to alert UEI that an agent or employee has engaged in a violation of the FCPA's anti-bribery provisions.

C. <u>Penalties for FCPA Violations and</u> Enforcement Trends

The consequences of violating the FCPA are serious. Violation of the FCPA and related laws can result in substantial fines for UEI and could subject those involved to prosecution, criminal fines and imprisonment. These penalties are in addition to disciplinary action that UEI may take, which can include Furthermore, the FCPA states dismissal. specifically that fines and penalties imposed upon individuals may not be paid (directly or indirectly) by the entity for which they have acted. Thus, by law, employees and agents found to have violated the FCPA will be personally liable for any penalties. In the past several years, enforcement actions brought against organizations for non-compliance with the FCPA have increased significantly, along with the associated penalties. Specifically, violations of the anti-bribery provision of the FCPA can result in fines up to \$2 million for an

satisfazer agentes prudentes na condução dos seus próprios assuntos". Não há nenhuma norma padrão sobre este assunto na FCPA. e cada divisão e subsidiária deve ter razoável manutenção de seus registros e controles de contabilidade para todos os pagamentos, e não apenas somas que seriam consideradas relevantes em outros contextos. disposições da FCPA acerca da manutenção registros aplicam-se às operações nacionais e internacionais, e se destinam a incluir informação nacional e práticas de divulgação, bem como todas as informações relativas a pagamentos externos.

A UEI é uma emissora de valores mobiliários que são cobertos por normas contábeis da FCPA. Portanto, a UEI deve cumprir estas normas. Um sistema de controles internos de contabilidade deve permitir que a UEI identifique eventuais irregularidades em suas contas, podendo servir para alertar a UEI que um agente ou funcionário seu tenha infringido alguma norma anti-suborno da FCPA.

C. Sanções por Violações da FCPA e sua Execução

As consequências de infringir a FCPA são graves. A infração à FCPA e suas leis congêneres pode resultar em multas substanciais para a UEI e sujeitar os envolvidos a ação judicial, culminando com o pagamento de multas e prisão. Estas sanções são adicionais à tomada de medidas disciplinares pela UEI, aí incluída a demissão. Além disso, o FCPA afirma especificamente que as multas e penalidades impostas aos indivíduos não podem ser pagas (direta ou indiretamente) pela empresa na qual eles trabalhavam. Assim, por lei, os funcionários e colaboradores que violaram a FCPA serão pessoalmente responsáveis pelo cumprimento de quaisquer penalidades. Nos últimos anos, tem aumentado significativamente não apenas ações ajuizadas número de contra companhias pela violação das normas contidas **FCPA** também na mas

organization and up to \$100,000 and 5 years imprisonment for an individual found guilty. Additionally, punishments for individuals who willfully violate the accounting provisions of the FCPA can include fines up to \$5 million and imprisonment for up to 20 years. Companies who violate the Accounting Provision can face up to \$25 million in fines.1 In addition to civil and criminal penalties, a person or company found in violation of the FCPA can lose export privileges and may be precluded from doing business with the U.S. government. Fines levied against individuals cannot be paid (or reimbursed) by an employer or principal. If it can be shown that the benefit that the bribing party hoped to obtain was particularly large, even higher fines can be imposed — up to twice the amount of the benefit that the bribing party hoped to obtain.

III. COMPLIANCE GUIDELINES AND TOOLS

It is UEI's intent that UEI, and all of its employees, agents and intermediaries acting on UEI's behalf, comply with the FCPA and this policy. All employees, whether located in the U.S. or abroad, must observe and enforce procedures ensuring FCPA compliance. All managers and supervisory personnel are expected to monitor continued compliance with the FCPA, ensure that reviews are routinely conducted and maintain current, adequate accounting and record-keeping controls.

penalidades ali contidas. Especificamente, as violações das normas anti-suborno da FCPA podem resultar em multas de até US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares) para uma companhia e até US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) e 5 anos de prisão para o indivíduo considerado culpado. Além disso, as punicões para as pessoas deliberadamente violem as disposições contabilísticas da FCPA podem incluir multas de até US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) e pena de prisão até 20 (vinte) anos. As empresas que violam as normas contábeis podem ser condenadas a pagar multas de até US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares). Além das penalidades civis e criminais, um indivíduo ou empresa que viole as normas da FCPA pode perder privilégios de exportação e pode ser impedido de fazer negócios com o governo dos EUA. As multas aplicadas contra os indivíduos não podem ser pagas (ou reembolsadas) por um empregador ou comitente. Se puder ser demonstrado que o benefício que a parte subornada esperava obter era particularmente grande, então neste caso pode haver a aplicação das multas podendo ser de até duas vezes o valor do benefício que a parte subornada esperava obter.

III. DIRETRIZES E FERRAMENTAS DE CUMPRIMENTO

É intenção da UEI que todos os seus colaboradores, agentes e intermediários que ajam em nome desta atuem em conformidade com este documento bem como com a FCPA. Todos os colaboradores localizados nos EUA ou outro país do exterior, deverão observar e fazer cumprir os procedimentos que garantam o cumprimento da FCPA. Todos os gerentes e o pessoal de supervisão são confiados a monitorar a conformidade contínua com a FCPA, bem como garantir que as revisões são realizadas rotineiramente além de manter o registro de manutenção de controles atuais, a

These fine, penalty and term of imprisonment figures set forth in this paragraph are accurate as of December 2012, but are subject to change.

¹ Estas multas, penalidades e tempo de prisão estabelecido neste parágrafo estão datadas de dezembro de 2012, estando sujeito a alterações.

To promote FCPA compliance, we have developed some guidelines that UEI's employees and agents are expected to follow. Failure to do so will result in disciplinary action. Abiding by these guidelines will ensure full compliance with the FCPA and preserve our reputation for honest and fair dealing with governments and their representatives throughout the world.

A. General Rules

The following rules have been established for all employees, directors and agents acting on behalf of UEI, its subsidiaries, ventures and other related entities:

- No unlawful payment or gift of any kind may be promised, offered, authorized or made to any foreign official in order to induce that official to use his or her position to obtain or retain business for UEI or to obtain an improper business advantage.
- 2. Notwithstanding the foregoing. expenditures for meals, entertainment and other normal social amenities spent on foreign officials are permitted, provided they are not extravagant, are related to the promotion of a product or performance of a contract, and are preapproved, in writing, by the Legal Department and (where appropriate) foreign counsel. Keep in mind that even nominal payments or gifts to a foreign official can violate the FCPA or anti-corruption laws of the recipient's country.

contabilidade adequada e seus respectivos registros.

Para promover o cumprimento da FCPA, foram desenvolvidas algumas orientações que os colaboradores e agentes da UEI devem seguir. O não atendimento destas orientações poderá resultar em ação disciplinar. O respeito a essas diretrizes irá garantir a plena conformidade com a FCPA e preservar a nossa reputação de ter um relacionamento honeto e justo com os governos e seus representantes de todo o mundo.

A. Regras Gerais

As seguintes regras foram estabelecidas para todos os colaboradores, diretores e agentes que atuam em nome da UEI, suas subsidiárias, empreendimentos e outras entidades relacionadas:

- 1. Nenhum pagamento ou presente de qualquer natureza poderá ser prometido, oferecido, autorizado ou feito a qualquer autoridade estrangeira de maneira a induzi-lo a utilizar o seu cargo para obter ou manter negócios com a UEI ou obter alguma vantagem comercial indevida.
- 2. Não obstante o acima exposto, são permitidas despesas com refeições, entretenimento e outras amenidades funcionários sociais para com estrangeiros, desde que não sejam extravagantes, e estejam relacionadas com a promoção de um produto ou prestação de serviço, desde que préaprovado, por escrito, Departamento Jurídico e (quando apropriado) advogado por estrangeiro. Tenha em mente que pagamentos nominais ou presentes a um funcionário público estrangeiro, podem violar as leis anti-corrupção do país do destinatário ou as normas da

- 3. Each UEI subsidiary, business division, employee and agent involved with foreign business transactions that could raise FCPA issues must ensure that "reasonably detailed" books and records are maintained, and structure or participate in a system of internal accounting controls, in order to reflect transactions accurately all and dispositions assets. These of requirements apply with particular force to payments made to foreign agents working on UEI's behalf.
- 4. Each UEI employee and agent involved with foreign business transactions that could raise FCPA issues must undergo regular FCPA training, as determined by UEI's management.

B. Rules for Specific High-Risk Situations

In addition to the guidelines set forth above, there are a number of circumstances in which compliance is especially important.

1. Retaining Agents - Because the actions of a third party acting as an agent, representative, or consultant of UEI can expose UEI to liability under the FCPA, great care should be taken in the retention of such persons. A sufficient due diligence investigation must be undertaken prior to retention of any agent to ensure that the representative does not intend to engage in any improper practices. Those UEI employees who work with foreign representatives must perform the activities discussed in the "UEI Agent Diligence Program" document, a copy of which is attached. The Agent Diligence **Procedures** document

FCPA.

- 3. Cada subsidiária da UEI, sua divisão de negócios, seus colaboradores e agentes envolvidos com transações comerciais estrangeiras, que poderiam infringir as normas da FCPA devem assegurar que os livros e seus registros estão razoavelmente detralhados e são mantidos em uma estrutura de um sistema de controles internos de contabilidade, a fim de refletir com precisão todas operações e alienações de ativos. Estas exigências aplicam-se especialmente pagamentos aos efetuados a agentes estrangeiros que trabalham em nome da UEI.
- Cada funcionário e agente da UEI envolvido com as operações de negócios estrangeiros que possam infringir as normas da FCPA deve passar por treinamento regular de FCPA conforme determinado pela administração da UEI.

B. <u>Regras Específicas para Situações de</u> Alto Risco

Além dos parâmetros estabelecidos acima, há um certo número de circunstâncias em que o cumprimento das normas da FCPA é especialmente importante.

Contratação de Colaboradores -1. Considerando que as ações de um terceiro agindo como um agente, representante ou consultor de UEI pode expor empresa а responsabilização sob a FCPA, um grande cuidado deve ser tomado na contratação de tais pessoas. Uma due diligence suficiente para investigação realizada deve ser antes contratação de qualquer agente para garantir que o representante não tem a intenção de se envolver em quaisquer práticas abusivas. Esses colaboradores da UEI que trabalham representantes estrangeiros com

specifically addresses the vetting, retention and management of foreign agents. Please contact UEI's Legal Department should you need assistance or guidance in performing these activities.

- 2. Government-Owned Businesses - In many countries, it is a common practice for government officials to own or operate business enterprises. While the FCPA and related laws do not legitimate prohibit business relationships with business enterprises owned or controlled by foreign officials, great care must be taken to avoid any association with any such enterprise in circumstances that might constitute an evasion of the FCPA. You are advised to consult the Legal Department if you become aware of such a situation.
- 3. Joint Ventures – To the extent that UEI enters into joint projects, joint bids, or other collaborative arrangements (whether or not the creation of a new, separate, jointly owned legal entity or partnership is established), relationship may be characterized as a joint venture, and UEI may be held liable for corrupt payments made by (or on behalf of) the joint venture, even if UEI does not have a role in the day-today control of the venture's activities. Thus, UEI must obtain representations from and perform due diligence on its joint venture partners and their key employees in order to ensure that no part of the joint venture's funds will be used for payments that violate the FCPA. Certain due diligence efforts agents applicable and other to intermediaries. as outlined in the "Agent Diligence Procedures" document, may also be appropriate for

devem realizar atividades as discutidas no "UEI Agent Diligence Program", cuja cópia está anexada. Tal manual de procedimentos aborda especificamente а habilitação, contratação e gestão de agentes estrangeiros. Pedimos a gentileza de entrar em contato com Departamento Jurídico da UEI se você precisar de ajuda ou orientação na realização dessas atividades.

- As Empresas Estatais Em muitos prática países. é comum funcionários do governo possuirem ou operarem empresas. Enquanto as leis da FCPA e seus congêneres não proíbem relações comerciais legítimas com empresas de propriedade ou controladas funcionários por estrangeiros, deve ser tomado muito cuidado qualquer para evitar associação com qualquer empresa, circunstâncias possam em que constituir uma infração as normas da FCPA. Desde já aconselhamos a consulta ao departamento jurídico se você tiver conhecimento de situação.
- Joint Ventures na medida em que a 3. participa de projetos e/ou liciatações conjuntas ou outros acordos de colaboração (que possam criar ou não uma nova companhia ou parceria), tal relação pode ser caracterizada como uma "ioint venture", podendo а UEI ser responsabilizada por pagamentos ilícitos feitos por (ou em nome da) "joint venture", mesmo que UEI não tenha um papel crucial das atividades deste empreendimento. Assim, a UEI deve obter representações e realizar due diligence dos sócios funcionários-chave desta "ioint venture" a fim de garantir que nenhum valor do capital da "joint venture" será utilizado para pagamentos que violem as normas da FCPA. Alguns esforços de diligência aplicáveis aos agentes e

Universal Electronics Inc.

FCPA Compliance Program and Policy

joint venture partners. UEI employees should consult the Legal Department in order to determine precisely what steps need to be taken in order to conduct appropriate due diligence on potential joint venture partners.

- 4. Charitable Donations - It is common for a U.S. company to make donations to foreign charities in countries in which that company is engaging in business in order to create a sense of goodwill with the local population. U.S. authorities have begun to closely scrutinize charitable foreign contributions for violations of the FCPA. Issues of corruption become apparent if a foreign government official responsible for a transaction with a U.S. company also has an interest in or a position with a foreign charity that receives donations from the company. Given same circumstances, UEI policy requires that FCPA due diligence be performed on foreign charities prior to making donations to them. Such due diligence includes subjecting charities to a vetting procedure similar to that of agents and joint venture partners, obtaining FCPA certification from the principals of the charity, and following up with and monitoring charities to ensure that UEI's contributions are used towards their intended charitable purpose. UEI employees must consult the UEI Legal Department in order to determine precisely what steps need to be taken in order to vet a foreign recipient of a charitable contribution from the Company.
- outros intermediários, conforme descrito "Agent Diligence Procedures", podem também ser aproveitados para os sócios desta "joint venture". Os funcionários da UEI devem consultar o Departamento Jurídico, a fim de determinar com precisão quais os passos que devem ser tomados de modo a realizar a devida auditoria sobre potenciais parceiros de "joint venture".
- Doacões É comum que uma empresa norte-americana faca doações para instituições de caridade estrangeiras nos países em que ela realize negócios, a fim de criar um sentimento de boa vontade para com a população local. As autoridades norteamericanas começaram a examinar de perto tais doacões a fim de verificar se houve qualquer violação da FCPA. Alguns sintomas de corrupção tornamse aparentes se um funcionário de governo estrangeiro responsável por uma transação com uma empresa dos EUA também demonstra interesse junto a uma instituição de caridade estrangeira que receba doações desta mesma empresa. Dadas circunstâncias, a política da UEI exige que sejam feitas auditorias, sob a égide da FCPA, nestas instituições estrangeiras de caridade antes de ser feita uma doação. Tal diligência inclui submeter tais instituições de caridade um procedimento de controle semelhante ao de agentes e sócios de uma "joint venture", além da obtenção do certificado da FCPA pelos diretores destas instituições e seguindo com o monitoramento destas insituições para certificar-se que as doações da UEI estão sendo utilizadas para os fins aos quais estas instituições foram criadas. Os funcionários devem consultar o Departamento Jurídico da UEI, a fim de determinar com precisão quais os procedimentos a serem realizados de а vetar um beneficiário estrangeiro de uma doação feita pela

C. Training

UEI conducts periodic FCPA training for the benefit of those employees that could potentially interface with government officials or entities. This training may be in a variety of formats, including live classes, teleconferences, online web-based self-study training, or webcast presentations. The UEI Legal Department will coordinate these training sessions.

D. <u>Internal Certifications</u>

Each employee who could potentially interface with government officials or entities is required to review and sign a representation to UEI that they understand the requirements of the FCPA and agree to follow UEI's FCPA compliance policy.

E. Reporting FCPA Violations - Whistleblower Hotline

UEI has established a confidential reporting mechanism for employees and agents who observe acts that may be in violation of the FCPA. Any transaction, no matter how seemingly insignificant, that might give rise to a violation of the FCPA must promptly be reported via the UEI hotline. All such reports will be treated as confidential, to be used only for the purpose of addressing the specific problem. Such reports will be shared by UEI management and other authorized individuals only on a need-to-know basis. UEI will take no adverse action against any person who makes such a report as long as a report is made honestly and in good faith. Employees must note, however, that failure to report known or suspected wrongdoing of which an employee has knowledge may, by itself, subject that employee to disciplinary action.

companhia.

C. Treinamento

A UEI realizará treinamentos periódicos de FCPA para o benefício dos seus empregados que se relacionarem com funcionários ou entidades governamentais. Este treinamento poderá ser ministrado através de uma variedade de formatos, incluindo aulas ao vivo, teleconferências, treinamento on-line ou apresentações de webcast. Estas sessões de treinamento ficarão a cargo do Departamento Jurídico da UEI.

D. Certificações Internas

Cada funcionário da UEI que tenha muita probabilidade de relacionar-se com funcionários ou entidades governamentais deverá revisar a FCPA e assinar um termo para a empresa afirmando que entendeu os seus termos e que concorda em seguir as suas políticas.

E. <u>Relatório de Violações da FCPA – "Hotline Whistleblower"</u>

UEI estabeleceu um mecanismo de denúncias confidenciais para os colaboradores e agentes que observem atos que possam violar as normas da FCPA. Qualquer transação, por mais insignificante que seja, que possa culminar em violação das normas da FCPA deve ser imediatamente comunicada através da hotline da UEI. Todas as denúncias terão caráter confidencial, sendo usados apenas com a finalidade de resolver o problema específico. Essas denúncias serão compartilhadas pela UEI е pessoas autorizadas limite do estritamente no necessário. A UEI não tomará nenhuma medida contra qualquer pessoa que faça essa denúncia desde que feita com honestidade e boa fé. Os colaboradores devem observar, no entanto, que não denunciar irregularidades e suspeitas relacionadas a FCPA de que tenham conhecimento pode sujeitá-los a penalidades disciplinares.

UNIVERSAL ELECTRONICS INC.

FCPA Compliance Program and Policy

UEI employees (and others) may report actual or potential FCPA violations on an anonymous basis through the www.ethicspoint.com website, or by telephone at the numbers found in the Confidential Ethics Line page of the Investor section of UEI's website www.UEI.com.

Os colaboradores da UEI (e outros) podem relatar violações, sejam potenciais ou reais, da FCPA, anonimamente, através do site www.ethicspoint.com, ou por telefone para os números encontrados na página de "Éticas Confidenciais" no site www.uei.com constante da seção do "Investidor".